

MODALIDADES EPISTÊMICAS E MODALIDADES DÓXICAS: ASPECTOS IDEOLÓGICO-SEMIÓTICOS DOS PROCESSOS COGNITIVOS

ALDO LUIZ BIZZOCCHI
Fundação Cásper Líbero/Unifício

RESUMO: O Autor examina as estruturas modais dos discursos sociais não-literários caracterizados pela modalidade do saber (discursos noológicos) e dos discursos caracterizados pela modalidade do crer (discursos doxológicos), procurando confrontá-las para verificar de que maneira suas diferenças específicas implicam em diferentes visões de mundo, até mesmo antagônicas entre si.

PALAVRAS-CHAVE: Estrutura modal; modalidades epistêmicas; modalidades dóxicas; processos cognitivos; discursos sociais.

O estudo da modalidade assume capital importância no âmbito das pesquisas semióticas, e particularmente num de seus domínios, a sociosemiótica, cujo objeto são os diversos discursos sociais. Nestes, a análise da estrutura modal apreensível do enunciado como manifestação e entendida como marca do processo semiótico enquanto característica imanente permite inclusive o estabelecimento de uma tipologia dos discursos sociais segundo a natureza das estruturas de poder a eles subjacentes.

No presente trabalho, nos propomos traçar uma comparação entre a estrutura modal dos discursos sociais não-literários caracterizados pela modalidade do *saber* e os discursos marcados pela modalidade do *crer*. A partir dessa comparação, chegamos à construção de octógonos lógico-semióticos, derivados do quadrado lógico-semiótico de Greimas-Rastier, que visam a recobrir a totalidade dos processos cognitivos.

O quadrado lógico-semiótico de Greimas-Rastier, ou simplesmente quadrado semiótico, baseia-se no quadrado lógico de Aristóteles, algoritmo criado no âmbito da lógica binária — ou lógica alética — para opor dois termos ou duas asserções contrárias entre si, cada uma das quais comportando por sua vez uma respectiva asserção contraditória. O quadrado semiótico transforma-se em octógono quando se combinam os termos simples dois a dois, gerando termos complexos (cfr. Greimas & Courtés, 1979).

Discursos sociais são aqueles que possuem enunciador e enunciatário coletivos, isto é, um segmento da sociedade ou mesmo a sociedade inteira. É evidente que na maioria dos casos o enunciador de um discurso é um único indivíduo, um único *ator*. No entanto, esse enunciador-ator representa o papel (que chamamos de *actante*) de todo um segmento social ou mesmo de toda a sociedade, como no caso do legislador que representa uma parcela dos eleitores da nação. Por outro lado, ter um enunciatário coletivo significa que o destinatário desse discurso não é um indivíduo isolado, mas um grupo aberto e indeterminado de indivíduos, que chamamos de *público*. Em muitos casos, o público de um discurso social assume dimensões tais que se torna inviável o contato direto entre enunciador e enunciatário, de modo que a veiculação desse tipo de discurso tem de ser feita através dos chamados meios de comunicação de massa (os *mass media*), como os jornais, as revistas, o rádio, a televisão etc.

Por outro lado, um discurso é dito não-literário quando a função estética, mesmo que nele ocorra, é não-dominante, não-definidora de sua função social primeira e não-determinante de sua produção, valoração e eficácia.

São vários os chamados discursos sociais não-literários. Os discursos científico, jurídico, político, jornalístico, publicitário, religioso, pedagógico, dentre outros, são todos exemplos de discursos não-literários voltados ao público em geral. Por isso, podemos dizer que as atividades que os caracterizam — a ciência, a religião, a política, o jornalismo, a publicidade, o ensino, a legislação — são atividades públicas. Cada uma dessas atividades possui uma diferente função social, que lhe é atribuída pela própria sociedade. A função social específica de cada atividade, isto é, o modo de atuação, a finalidade e o público dessa atividade, determina certas características típicas de seus discursos, certas constantes e coerções que configuram uma norma, isto é, um modelo a ser seguido por todo e qualquer discurso produzido por tal atividade.

Partindo das modalidades discursivas transfrásticas propostas por Greimas (1976: 74):

MODALIDADES	VIRTUALIZANTES	ATUALIZANTES	REALIZANTES
exotáxicas	<i>dever</i>	<i>poder</i>	<i>fazer</i>
endotáxicas	<i>querer</i>	<i>saber</i>	<i>ser</i>

pode-se descrever aquilo que Pais (1993: 495) chama de *estrutura de poder dos discursos* através de modalidades complexas, resultantes da combinação sintagmática ordenada das modalidades simples acima. Apresentamos, a seguir, uma relação dos principais discursos sociais não-literários e suas respectivas estruturas de poder.

TIPO DE DISCURSO	ESTRUTURA DE PODER
discurso científico	<i>poder fazer saber</i>
discurso tecnológico	<i>poder saber fazer</i>
discurso jurídico	<i>poder fazer dever</i>
discurso político	<i>poder fazer querer</i>
discurso jornalístico	<i>poder fazer saber para poder fazer querer</i>
discurso publicitário	<i>poder fazer saber para poder fazer querer</i>
discurso religioso	<i>poder fazer crer</i>
discurso burocrático	<i>poder fazer fazer</i>

Trataremos aqui de dois tipos de discurso, caracterizados respectivamente pelas modalidades complexas *poder fazer saber* (modalidades epistêmicas) e *poder fazer crer* (modalidades dóxicas), procurando ao mesmo tempo opô-los a partir de suas diferenças e articulá-los dialeticamente.

Os discursos definidos pela modalidade lógico-semiótica *poder fazer saber* caracterizam-se como discursos de informação, isto é, dotados da capacidade de produzir significação baseada numa apreensão fenomenológica que se apóia por sua vez na percepção e no raciocínio. Embora não seja o único discurso a apresentar tal estrutura, é o discurso científico o exemplo mais acabado de discurso epistêmico. Outros discursos que também apresentam tal modalidade, embora em função secundária, são os discursos da

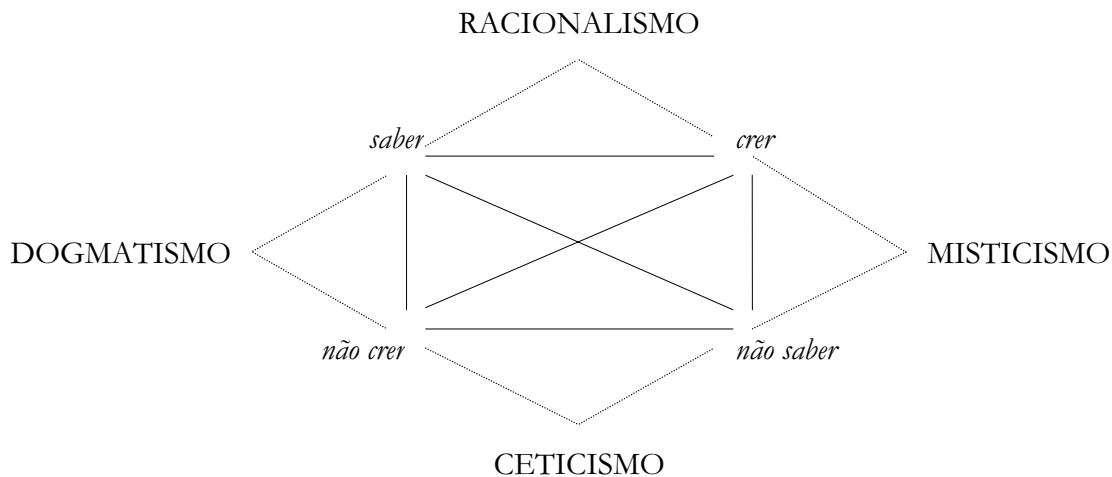
comunicação social (discurso jornalístico, publicitário, etc.) e o discurso vindicativo (por exemplo, a preleção de um advogado ou promotor perante um júri), cuja modalidade principal é *poder fazer querer*. Já os discursos definidos pela modalidade lógico-semiótica *poder fazer crer* caracterizam-se como discursos de sedução, em que a significação se dá a partir do apelo à intuição e ao pensamento não-racional. Dentre eles, podemos citar o discurso amoroso e os discursos doutrinários (religioso, político-partidário, de filiação esportiva, etc.).

Os discursos epistêmicos caracterizam-se pelas modalidades complexas *poder saber*, *dever saber* e *querer saber*. Das três, a modalidade determinante é *poder saber*, pois não é possível *dever saber* (isto é, *não poder não saber*) ou *querer saber* aquilo que não é cognoscível.

Já os discursos dóxicos sustentam-se sobre as modalidades complexas *poder crer*, *dever crer* e *querer crer*. Vejamos então as diversas combinações das modalidades complexas *poder saber*, *poder crer*, *dever crer* e *querer crer* e os metatermos semióticos que as subsumem.

SOBREMÓDALIZAÇÃO		METATERMOS SEMIÓTICOS	
MODALIDADE EPISTÊMICA	MODALIDADE DÓXICA	METATERMO SIMPLES	METATERMO COMPLEXO
<i>poder saber</i> →	<i>poder crer</i>	credibilidade	RACIONALISMO
	<i>dever crer</i>	bom senso	
	<i>querer crer</i>	largueza de visão	
<i>não poder saber</i> →	<i>poder crer</i>	intuição	MISTICISMO
	<i>dever crer</i>	superstição	
	<i>querer crer</i>	esperança	
<i>poder saber</i> →	<i>não poder crer</i>	tabu	DOGMATISMO
	<i>não dever crer</i>	alienação	
	<i>não querer crer</i>	preconceito	
<i>não poder saber</i> →	<i>não poder crer</i>	censura ética	CETICISMO
	<i>não dever crer</i>	senso crítico	
	<i>não querer crer</i>	agnosticismo	

Se articularmos dialeticamente as modalidades simples *saber* e *crer*, chegaremos a um octógono lógico-semiótico como o que segue:



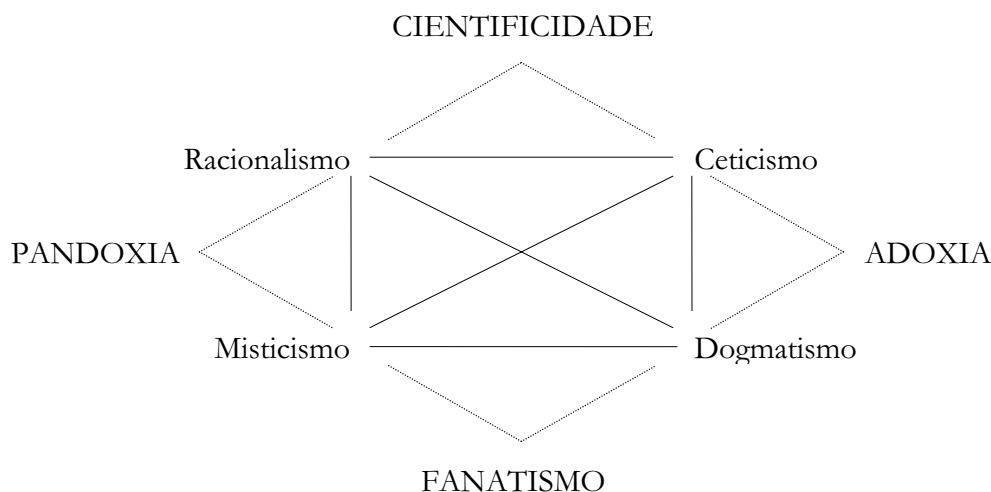
A rigor, dado o caráter ideológico de todos os discursos, a modalidade *crer* deve estar sempre presente. Tanto o discurso informativo quanto o discurso sedutivo constroem-se a partir das tensões dialéticas entre as modalidades *saber* e *crer* e seus contraditórios *não saber* e *não crer*. No caso particular do discurso informativo, seja ele puro, como o discurso científico, ou sobremodalizado, como o discurso publicitário ou vindicativo, ocorre que todo *crer* se origina de um *saber*, isto é, do conhecimento de fatos demonstráveis, materialmente perceptíveis e apreensíveis pela razão. Em outras palavras, os sujeitos enunciator e enunciatário de tais discursos atribuem um valor de verdade a asserções que possam ser comprovadas através da observação e da experimentação mediante o uso da razão. A esse processo cognitivo damos o nome de *racionalismo*. Como vimos, o racionalismo se apóia na possibilidade de *crer* naquilo que se pode saber, ou credibilidade; no dever lógico de *crer* nas evidências (bom senso) e na boa vontade de aceitar tais evidências (largueza de visão).

No caso dos discursos sedutivos, o *crer* se assenta sobre asserções não demonstráveis, de caráter em geral transcendente. O conjunto de tais asserções constitui uma *doutrina*. Embora a índole ideológico-doutrinária esteja presente em vários universos de discurso, é no religioso que esta se apresenta de forma mais acentuada, consubstanciada na noção de fé. A fé é, pois, um *crer* não suportado por um *saber*. Num sentido mais amplo, chamaremos de *misticismo* a todo processo cognitivo sustentado pela articulação das modalidades *crer* e *não saber*, ressaltando que tal termo se encontra, em nossa concepção, esvaziado da carga semântica que possui nas línguas naturais, em que está intimamente ligado à idéia de religiosidade. O misticismo agrega a intuição (poder de formular hipóteses na ausência de evidências materiais ou lógicas que as fundamentem), a superstição (compulsão para *crer* no transcendente) e a esperança (desejo de que algo não evidente ou comprovado seja verdade).

A combinação de um *não saber* com um *não crer* é o que podemos chamar de *ceticismo*, ou seja, a postura segundo a qual só se crê naquilo que se sabe, e que se traduz pelo lema “ver para *crer*”. A atitude cética não implica necessariamente duvidar do que não se sabe, mas antes admitir a possibilidade de que uma asserção não comprovada seja eventualmente falsa. Assim, o ceticismo pressupõe a existência de senso crítico, através do qual se pode pôr em dúvida a veracidade de asserções não comprovadas ou não comprováveis, bem como de uma atitude que aqui chamamos de *agnosticismo*, isto é, a indiferença em relação às questões que transcendem nossa possibilidade de percepção ou de compreensão.

Finalmente, o *dogmatismo* se constitui na postura do indivíduo que não crê numa asserção, mesmo diante de evidências lógicas ou materiais que a sustentem. Componentes clássicos do dogmatismo são o preconceito, atitude mental de quem refuta *a priori* qualquer prova que contrarie suas convicções, os tabus, que compelem a descreer das evidências, e a alienação, através da qual o indivíduo rompe o vínculo com a realidade.

Os metatermos resultantes do octógono lógico-semiótico acima, a saber, *racionalismo*, *ceticismo*, *misticismo* e *dogmatismo*, também podem combinar-se, produzindo metatermos ainda mais complexos, conforme passaremos a ver.



É interessante notar que a combinação de racionalismo (*saber* → *crer*) e ceticismo (*não saber* → *não crer*) produz o que chamamos de cientificidade, critério de julgamento próprio dos discursos epistêmicos, e que aparece de forma cabal no discurso científico: com efeito, é de se esperar que o cientista creia no resultado de suas próprias experiências e/ou observações, ao mesmo tempo em que deve manter uma atitude crítica em relação àquilo que não pode ser demonstrado cientificamente, tratando, pois, com reserva afirmações de caráter não estritamente epistêmico.

Por outro lado, os discursos doutrinários tendem não raro a conjugar misticismo e dogmatismo. É esse, por exemplo, o caso do fiel que crê cegamente em sua doutrina religiosa ao mesmo tempo em que refuta todo conhecimento estranho a essa mesma doutrina. Tal conjunção de atitudes conduz inevitavelmente ao fanatismo, situação em que a crença, enquanto posição relativa de uma instância ideológica de manifestação da modalidade dóxica em que se encontra o sujeito, é tomada como verdade absoluta, o que leva a transformar o discurso doutrinário de discurso persuasivo-sedutivo em discurso manipulatório-autoritário, caracterizado agora pela modalidade complexa *poder fazer fazer*. Atitude não infreqüente em muitas seitas religiosas, o fanatismo não se restringe contudo à religião: está presente no debate político, sobretudo quando este assume nuances partidárias, assim como até mesmo nos confrontos esportivos, em que adeptos de diferentes agremiações se valem da força para fazer prevalecer a sua “verdade”.

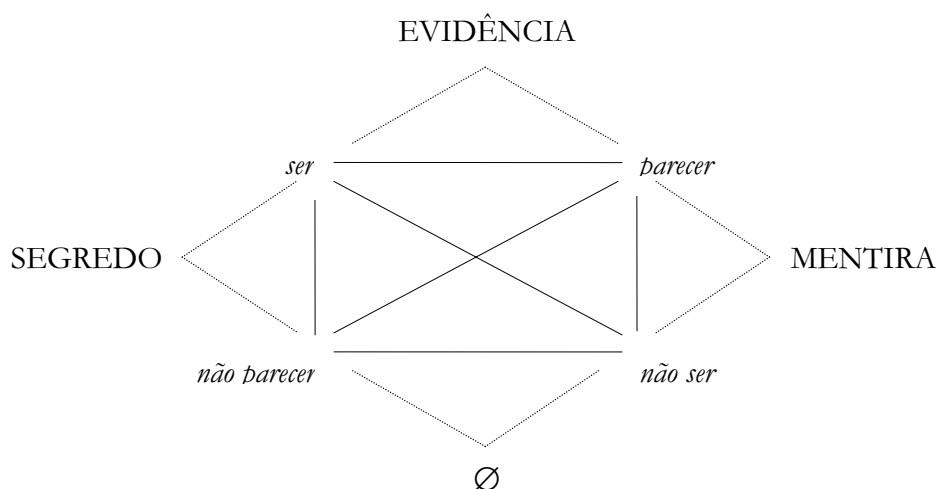
A conjugação do racionalismo e do misticismo produz uma situação em que a crença recai sobre os dados da natureza física e da metafísica: o *crer* se dá igualmente sobre um *saber* e sobre um *não saber*. A essa postura demos o nome de *pandoxia*. Um exemplo de discurso pandóxico é o do conhecimento holístico, tentativa que se começa a empreender de unificar os discursos filosófico, científico e místico, numa perspectiva em que os aspectos material e espiritual se fundem. Nessa perspectiva se encontram todos os discursos ligados ao movimento comumente chamado de Nova Era.

Por outro lado, a combinação do ceticismo e do dogmatismo resulta numa descrença tanto em relação ao que se sabe quanto em relação ao que não se sabe. A essa atitude de incredulidade total, ou de desencanto absoluto, chamamos de *adoxia*.

Não é possível combinar racionalismo e dogmatismo, ou ceticismo e misticismo, pois tais combinações pressuporiam uma oposição entre as modalidades *crer* e *não crer*, o que conduziria, evidentemente, a uma contradição lógica.

Podemos então classificar os discursos em questão em dois grupos: os *discursos noológicos* e os *discursos doxológicos*. Os primeiros são aqueles que se articulam dialeticamente no eixo dos metatermos *racionalismo/ceticismo*, ao passo que os segundos se articulam entre os metatermos *misticismo/dogmatismo*.

Partindo das modalidades veridictórias *ser* e *parecer*, chega-se ao seguinte octógono semiótico (Greimas & Courtés, 1979):



Os discursos noológicos, concentrando-se na modalidade do *saber*, baseiam seu *crer* numa evidência, ou seja, num fenômeno manifestado tanto no modo do *ser* quanto no modo do *parecer*. A missão da ciência, por exemplo, assim como a da investigação policial ou jornalística, é transformar o segredo em evidência. Já os discursos doxológicos, concentrando-se na modalidade do *não saber*, podem projetar seu *crer* igualmente sobre a evidência, sobre o segredo ou sobre a mentira. Dito em outras palavras, a verdade doutrinária pode em determinados momentos coincidir com a verdade científica; pode, em outros, precedê-la, colocando já como verdade revelada aquilo que para a ciência ainda resta em segredo; pode, no entanto — e este parece-nos o aspecto mais negativo da doutrina —, propor como verdade absoluta, como dogma indiscutível, uma asserção falsa. Dada a impossibilidade de testar a veracidade de uma asserção acerca de fato não observável, a probabilidade maior é de que uma tal asserção seja falsa. Por exemplo, sendo-nos impossível, no atual estágio da ciência, conhecer a forma exata pela qual nosso universo se originou, há infinitas hipóteses cosmogônicas possíveis, das quais muitas já atualizadas, quer como teorias quer como doutrinas. De todas essas hipóteses, atuais ou virtuais, apenas uma deve ser a verdadeira, donde se conclui que a imensa maioria delas são falsas. Se não podemos sequer estar certos de que uma asserção baseada em evidências seja verdadeira, já que ao ser humano não é dado conhecer o mundo das essências, senão o das aparências, muito menos deveríamos nos fiar em afirmações de caráter dogmático.

REFERÊNCIAS

- GREIMAS, A. J., 1976, *Semiótica do discurso científico. Da modalidade*. São Paulo: DIFEL/SBPL.
- GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J., 1979, *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette.
- PAIS, C. T., 1993, *Conditions sémantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive*. Paris: Universidade de Paris IV. /Tese de Doutorado de Estado/